

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 5.755, DE 2013

Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos biólogos e dá outras providências.

Autor: Deputado Danrlei de Deus Hinterholz

Relatora: Deputada Gorete Pereira

I - RELATÓRIO

A proposição pretende dispor sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos biólogos e dar outras providências. Com este objetivo, o autor, nobre Parlamentar Danrlei de Deus Hinterholz, propõe os seguintes parâmetros:

- a jornada semanal normal deve corresponder a 30 (trinta) horas de trabalho. Caso ela ocorra em regime de plantão de até 12 (doze) horas, deve ter um intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para repouso e alimentação computada na duração de trabalho e seu intervalo Interjornada deve estar compreendido entre 24 (vinte e quatro) e 60 (sessenta) horas, mediante negociação coletiva. O empregador deve fornecer gratuitamente alimentação aos profissionais em regime de plantão;

- o trabalho noturno do biólogo é aquele realizado entre as 20 (vinte) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte. A remuneração do horário noturno é acrescida de pelo menos 50% (cinquenta por cento) em

relação ao valor pago pela hora diurna, acréscimo esse fixado em negociação coletiva anual.

- piso salarial fixado em 5 salários mínimos mensais, para jornada equivalente a 36 (trinta e seis) horas, com reajustes estipulados em Lei, sendo que as horas extras deverão ser acrescidas em 100% (cem por cento) sobre o salário-hora, bem como para jornadas realizadas durante feriados civis e religiosos.

A proposição ainda fixa critérios para insalubridade e periculosidade e obriga o empregador a fornecer uniforme e equipamentos de proteção individual, em quantidade suficiente e com qualidade adequadas.

O autor justifica a proposta afirmando ser necessário valorizar e reconhecer a contribuição da categoria profissional dos biólogos, fixando seus diversos ramos de atuação e corrigindo a lacuna que decorre da ausência de fixação de um piso salarial para a categoria.

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania para tramitar em regime ordinário e sujeita à apreciação conclusiva, conforme o artigo 24, II, do Regimento Interno da Casa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A biologia é ciência que se reveste de singular importância em um País como o nosso. Somos conhecidos pela nossa biodiversidade e ainda temos muito a explorar em relação ao nosso potencial econômico contido em nossa fauna e flora. Esforços devem ser feitos para explorar este potencial, de maneira sustentável e inteligente. Nesse contexto, os Biólogos têm muito a oferecer.

A princípio, havíamos concordado com o parecer elaborado pelo nobre Deputado Policarpo, que culminou com a apresentação de um substitutivo, em 09 de julho de 2015.

Neste substitutivo preservamos muitas das propostas apresentadas pelo ilustre Dep. Danrlei de Deus Hinterholz. O texto chegou a compor a pauta da CTASP em duas oportunidades, mas foi retirado de pauta *ex officio* pelo então Presidente.

A tramitação da matéria já demonstra a complexidade e impacto que a medida pode causar. Diante disso, foram feitas diversas tratativas com representantes do governo e do Conselho Federal de Biologia e foi construído um consenso para se manter a jornada e adicionais noturno e extraordinários nos mesmos patamares da CLT e para avançarmos na fixação de um piso salarial.

Diante do exposto e certos de que construímos o melhor consenso possível, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.755, de 2013, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de outubro de 2016.

Deputada GORETE PEREIRA
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.755, DE 2013

Altera a redação da Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, para dispor sobre condições especiais de trabalho para os biólogos.

Art. 1º A Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, que “Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO I-A

Das condições de trabalho do biólogo

Art. 2º-A. A duração do trabalho dos biólogos é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º-B. Quando sujeitos a regime de plantão, a jornada de trabalho poderá ser de até 12 (doze) horas, nelas incluídas 1 (uma) hora para repouso e alimentação.

Art. 2º-C. Trabalho noturno é o executado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.

§ 1º A hora trabalhada no período noturno será remunerada com acréscimo mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna.

Art. 2º-D. O piso salarial dos biólogos é de R\$ 3.390,00 (três mil trezentos e noventa reais) para a duração do trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.

§ 1º Os valores serão reajustados:

I – no mês de publicação desta lei, pela variação

acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de setembro de 2016, inclusive, ao mês imediatamente anterior ao do início de vigência desta lei;

II – anualmente, a partir do ano subsequente ao do reajuste mencionado no inciso I deste artigo, no mês correspondente ao da publicação desta lei, pela variação acumulada do INPC nos doze meses imediatamente anteriores.

§ 2º Para efeitos desta lei, Piso Salarial é o valor mínimo que pode ser pago ao profissional e corresponde ao Vencimento Básico.

Art. 2º-E. As horas excedentes à jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais serão pagas à razão de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora.

Art. 2º-F. A jornada realizada durante feriados civis e religiosos será paga da mesma forma que a hora extra estabelecida no art. 2º-E.

Art. 2º-G. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do piso salarial do biólogo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

§ 1º Atividades que envolvam possibilidade de contato com plantas alergênicas, mesmo em condições de campo, passam a ser consideradas como insalubres em grau médio.

§ 2º No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será considerado apenas o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.

Art. 2º-H. O trabalho realizado em área de campo, com risco de acidentes causados por animais peçonhentos, é considerado atividade perigosa e será remunerado com adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico.

Art. 2º-I. Os adicionais de insalubridade e periculosidade não serão cumulativos, devendo o Biólogo fazer a opção, quando for o caso.

Parágrafo único. Os adicionais de insalubridade e periculosidade não são devidos aos profissionais que:

I - no exercício de suas atribuições, fiquem expostos

aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional; ou

II - estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao pagamento do adicional.

Art. 2º-J. Serão fornecidos, gratuitamente, aos biólogos e seus auxiliares, uniforme para uso diário, bem como os equipamentos de proteção individual, em quantidade suficiente e com qualidade adequada para o desempenho de suas atividades.

Art. 2º-K. São nulos os contratos de trabalho que visem elidir, sob qualquer forma, o disposto neste Capítulo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de outubro de 2016.

Deputada GORETE PEREIRA
Relatora